

Giorgio Romano Schutte¹
 Juliane Furno²

Industrialização: como e para quê? Revisão das reflexões de Caio Prado Junior e Celso Furtado

RESUMO

O presente artigo problematiza a industrialização brasileira a partir de uma revisão da obra do Celso Furtado e Caio Prado Junior, duas referências do pensamento social e econômico brasileiro. O objetivo dessa reflexão é compreender o papel que ambos atribuíram à indústria e à industrialização como motores do desenvolvimento e das condições para a superação da dependência. O argumento central que identificamos é que a industrialização, embora considerada essencial para sair do subdesenvolvimento, não seria condição suficiente e deveria levar em conta as especificidades da formação histórica brasileira. Essa constatação partiu de uma análise do processo de industrialização da forma como se desenvolveu a partir da década de 1930. As críticas dos autores serão apresentadas em torno de cinco temas. O diagnóstico dos autores foi que o Brasil industrializou-se mantendo expressivas desigualdades sociais e regionais, heterogeneidade estrutural, exclusão social e dependência externa, sobretudo tecnológica. Para que a indústria tivesse cumprido seu desígnio histórico de promotora do desenvolvimento nacional, diversas transformações no conjunto da sociedade teriam sido necessárias. O debate apresentado se mostra, sob vários aspectos, bastante atual.

Palavras-chave

Celso Furtado; Caio Prado Junior;
 Industrialização.

ABSTRACT

The present article problematizes Brazil's industrialisation process based on a review of the works of Celso Furtado and Caio Prado Junior, two leading references in terms of Brazilian social and economic thinking. The purpose of this reflection is to help us better understand the role both authors attributed to industry and to industrialisation as engines of development and the conditions needed to overcome dependency. The main argument that emerges is that industrialisation, whilst considered essential for overcoming underdevelopment, is nevertheless not enough in itself and should consider the specificities of Brazil's historical development. This observation comes from an analysis of the process of industrialisation as it occurred from the 1930s onwards. The authors' critiques focus around five topics. Their conclusions suggest that Brazil went through the industrialisation process but at the same time maintained serious social and regional inequalities, structural heterogeneity, social exclusion and both external and technological dependency. For Brazil's industry to have properly fulfilled its historical goals to promote national development, a variety of transformations within society as a whole should have necessarily taken place. The debate analysed here proves to be, from many different angles, very up-to-date.

Keywords

*Celso Furtado; Caio Prado Junior;
 Industrialisation.*

1 Professor Associado da Universidade Federal do ABC (UFABC). Membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Economia Política Mundial.

2 Mestre em Economia pela Unicamp e Doutoranda do Programa em Desenvolvimento Econômico da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

1. Introdução

Desde o início da década de 1990, há no Brasil um acalorado debate em torno da desindustrialização. Este processo se iniciou com a queda dos investimentos diante da crise da dívida externa e a alta inflação, seguida de uma política de abertura abrupta no governo Collor e a política de sobrevalorização do câmbio do Plano Real. Nem o segundo governo Lula conseguiu reverter esse quadro de forma sustentada. Bresser-Pereira alegou que o processo de desindustrialização teria levado o país a uma permanente “quase-estagnação liberal” (BRESSER-PEREIRA, 2018). Isso contrasta com os relativamente altos índices de crescimento do período entre 1930 e 1980 quando – sob orientação nacional-desenvolvimentista – o país assistiu a um processo de industrialização com planejamento estatal e proteção à indústria local. Nesse debate são discutidas as causas da desindustrialização, como também a oportunidade e pertinência de investir novamente em um esforço industrializante para provocar um novo ciclo de crescimento (HIRATUKA; SARTI, 2017).

Aqui pretendemos mostrar, a partir de uma releitura do Celso Furtado e Caio Prado, que o próprio processo de industrialização pelo qual o país passou foi marcado por uma série de contradições cuja compreensão também ajuda a entender a sua crise seguinte. Embora provocasse taxas de crescimento altas, os autores já identificaram sua incapacidade de provocar transformações profundas, reforçando, em particular, um padrão de industrialização concentradora e excludente. Os dois autores são referências centrais para o pensamento sobre a industrialização necessária para o Brasil, mas desde sempre a entenderam como um meio para a transformação e o avanço da sociedade e não como um fim em si. O padrão da industrialização que estava se gestando no Brasil não logrou romper o círculo vicioso do subdesenvolvimento, ao contrário, teria contribuído para reforçá-lo e contrariar a tese de que a industrialização seria, por si só, condição suficiente para promover o desenvolvimento, embora acreditassem que ela seria necessária.

Este artigo está dividido em cinco seções, incluindo a introdução e as considerações finais. Na segunda seção recapitularemos os principais argumentos utilizados pelos autores para defender a necessidade histórica de promover a industrialização para superar o atraso, a dependência e o subdesenvolvimento brasileiro, desde que coordenada pelo Estado nacional. Na seção seguinte serão sistematizados cinco questiona-

mentos à industrialização efetivamente realizada que identificamos nos textos dos dois autores. A quarta seção discute as sugestões, sobretudo do Celso Furtado, para superar os vieses negativos do processo de industrialização em curso, apontando, especialmente, o papel das reformas de base como condição concomitante do avanço de uma industrialização que garantisse a superação da herança do subdesenvolvimento.

2. Industrialização para superar o atraso e o papel do Estado

O diagnóstico básico desses autores era que o desenvolvimento e o subdesenvolvimento seriam processos interligados e resultantes da forma como o capitalismo passou a se organizar internacionalmente, após a Primeira Revolução Industrial. Nos países desenvolvidos, integrantes do centro capitalista, o progresso tecnológico e material das economias locais traduziu-se em propagação paralela do consumo, gerando uma sinergia entre crescimento econômico, extensão do consumo e ampliação da produtividade do trabalho. Já o subdesenvolvimento representaria o caso dos países da periferia do sistema capitalista, nos quais os frutos do progresso do amadurecimento material do capitalismo foram apropriados por uma pequena elite local, que, ao invés de utilizá-los para dinamizar as sociedades e avançar nos seus gargalos locais, insistiram em reproduzir um padrão de consumo das elites de alta renda dos países centrais.

Nos países em que as vantagens comparativas tinham assumido a forma de especialização na exportação de produtos primários, o excedente adicional provocaria um incremento das importações. Como a especialização não requeria nenhuma modificação nos métodos produtivos e a acumulação se realizava com recursos locais, o incremento da capacidade para importar era, principalmente, utilizado para adquirir bens de consumo. Era pelo lado da demanda de bens finais de consumo que esses países se inseriram mais profundamente na civilização industrial (FURTADO, 1974, p. 27) e a difusão e a assimilação do progresso técnico ocorreram de forma muito mais lenta e desigual.

Neste processo, os frutos do progresso e o aumento da produtividade do trabalho conduziram a uma trajetória de desigualdade e de heterogeneidade estrutural (no nível da produção) e social (no nível do trabalho e das relações sociais). A especiali-

zação produtiva nos produtos primários aliada ao livre comércio teria ocasionado um conjunto de limitações aos países subdesenvolvidos. Além da deterioração dos termos de intercâmbio e a vulnerabilidade aos ciclos econômicos, foram analisadas as tendências ao desemprego estrutural, o permanente desequilíbrio no balanço de pagamentos nacional, ocasionado pela tendência de queda do valor dos produtos primários ao mesmo tempo em que havia pressão sobre a necessidade de importação (BIELSCHOWSKY, 2004).

Dentro desse diagnóstico, Raúl Prebisch (2000), seguido pelos autores selecionados, afirmava que a industrialização era a única forma de os países latino-americanos romperem com a lógica de perpetuação desigual das trocas, assim como incorporarem internamente o progresso técnico para superar o subdesenvolvimento. A indústria, para eles, era vista como o setor com maior capacidade de aumentar a produtividade geral da economia por meio da geração de sinergia na economia, principalmente se comparada à produção de bens primários. Pelo seu encadeamento para trás e para frente, a indústria possibilitaria o desenvolvimento de novos setores e a modernização dos existentes que operam nas suas externalidades, como comércio e serviços, entre outros. Além disso, industrializar significaria um meio seguro de não somente superar a pobreza e a condição de subdesenvolvimento, como também contribuiria para a redução do fosso entre os países do centro e da periferia – cada vez mais alargado –, além da possibilidade de quebra dos elos de dependência política e econômica, bem como o avanço para uma lógica de desenvolvimento econômico autossustentado.

Obter lucros substanciais e dotar a economia brasileira de forte incremento de renda e produtividade poderia ser até mesmo mais fácil se concentrada na atividade mercantil-exportadora, observou Furtado (2007). No entanto, essa opção representaria, sem a industrialização da economia, os velhos problemas reeditados, tais como a vulnerabilidade aos ciclos econômicos: expandir a produção, lucrar, não disseminar o progresso técnico, ficar suscetível à nova dinâmica de preços internos, entrar em crise e deixar, novamente, como legado uma massa de economia de subsistência e de pobreza.

Antes disso, autores como Kaldor (1970), Hirschman (1958) e List (1983) trataram com propriedade os efeitos encadeadores e multiplicadores do desenvolvimento baseado na centralidade da indústria, principalmente os relacionados ao aumento da produtividade global da economia. Identificaram que a indústria seria o motor do de-

envolvimento e promotora de sinergias em todos os demais setores de um sistema nacional. No entanto, esses estudos, embora apontassem igualmente para a necessidade de promover um processo de industrialização, não partiram de uma análise da especificidade do subdesenvolvimento na periferia, uma realidade que não tinha existido nos países centrais. Não indagar-se sob a especificidade histórica do subdesenvolvimento e seus mecanismos de reprodução pode cegar o observador às particularidades de um padrão de desenvolvimento que não irá se generalizar por força das condições do acaso. Destino muito distinto teve a geração de excedente nas economias caracterizadas como subdesenvolvidas, o qual serviu para reproduzir as características do subdesenvolvimento sendo investido na importação. Por isso a importância dada pelos autores em questão para desnudar as contradições da teoria do desenvolvimento e da modernização.

Para Bielschowsky (2004), a industrialização sempre foi uma das preocupações centrais dos desenvolvimentistas brasileiros, especialmente os analisados no período de 1930 a 1964. Mesmo a vertente que ele denominou de “desenvolvimentistas do setor privado” – que teve como expoente principal Roberto Simonsen – preocupou-se com a temática da industrialização, apontando a sua necessidade histórica para alavancar o desenvolvimento nacional. Os “desenvolvimentistas nacionalistas” defendiam, como os demais desenvolvimentistas, a constituição de um capitalismo industrial moderno no país. Tinham como principal traço distintivo uma decidida inclinação por ampliar a intervenção do Estado na economia, através de políticas de apoio à industrialização, integrada – na medida do possível – num sistema de planejamento abrangente e incluindo investimentos estatais em setores básicos (BIELSCHOWSKY, 2004, p. 127). Algumas diferenças, no entanto, os opuseram em polos distintos do pensamento desenvolvimentista brasileiro, tais como o papel que deveria dispor o Estado brasileiro e a importância de reformas estruturais, tema que trataremos mais adiante. Para Celso Furtado, a quem o autor supracitado conceitua como o principal autor da corrente “desenvolvimentista nacionalista”, esses dois elementos – industrialização e reformas estruturais – podem ser vistos na passagem que segue: “Duas frentes seriam, no meu entender, capazes de suscitar uma autêntica mudança qualitativa no desenvolvimento do país: a reforma agrária e uma industrialização que facilite o acesso às tecnologias de vanguarda” (FURTADO, 2004, p. 485). Caio Prado Junior (1966) apontava igualmente a industrialização como um

tema central para o desenvolvimento brasileiro, tanto pela sua capacidade de autonomizar o Brasil com relação ao imperialismo, como pela possibilidade de criação de uma classe trabalhadora assalariada, principalmente alocada nas grandes indústrias, com vistas a fortalecer a organização sindical e contribuir na construção de uma consciência de classe. Quando questionado sobre a industrialização brasileira, Caio Prado Junior sinalizou que “no Brasil, pelo contrário, a mesma proletarização representou e ainda representa para o trabalhador um progresso sensível, tanto de ordem material e financeira como social” (PRADO JR., 1966, p. 282). Ou seja, embora com diversas contradições e limites – que serão logo mais caracterizados –, a industrialização apresentaria, sem dúvidas, benefícios no que tange à incorporação de parte do progresso material constituído sob a égide do capitalismo moderno.

Para Furtado (2007), um dos principais impactos advindos do desenvolvimento da indústria seria a sua capacidade de avançar na geração de empregos melhor qualificados e de maior rendimento médio, bem como a manutenção do crescimento da economia. Isso porque o autor já identificava, em diversos dos seus textos, que uma das características do subdesenvolvimento era que o crescimento econômico do Brasil se dava com a permanência da heterogeneidade estrutural. Ou seja, permanecia uma estrutura dual na sociedade, coexistindo de forma permanente um setor moderno de alta produtividade e de alta renda com um setor arcaico, com características pré-capitalistas. Assim, a industrialização tenderia a gerar empregos no setor moderno da sociedade, possibilitando, além disso, abrir postos de trabalho em número condizente para abrigar, se não todo, grande parte do excedente estrutural de mão de obra, ocupado em atividades de baixo valor adicionado. Caio Prado Junior também teorizava sobre a relação exitosa existente entre a indústria e a geração de empregos. Para ele, “a própria industrialização é um fator desse crescimento porque tanto pelos empregos que cria, como pelas atividades paralelas a que dá lugar, constitui um gerador de renda e, pois, um estímulo ao consumo e à extensão do mercado” (PRADO JR., 1978, p. 79).

Além disso, para Furtado (2007), a indústria também cumpriria um importante papel no processo de contenção da inflação – outra importante característica dos países subdesenvolvidos que financiavam seu crescimento com desequilíbrio no balanço de pagamento e emissão monetária. A indústria contribuiria para equilibrar a relação entre a oferta e a demanda de produtos manufaturados, além, claro, de reduzir a im-

portância do setor externo para o desenvolvimento nacional. Por fim, “o desenvolvimento da produção industrial, ao criar um fluxo de renda adicional, amplia o mercado interno” (FURTADO, 1972, p. 141), criando um círculo virtuoso de crescimento.

Porém, a industrialização, na percepção dos autores, somente poderia cumprir seu dever histórico se submetida ao controle estatal. Essa foi uma afirmação presente ao longo das obras dos autores. Sobre esse tema, Furtado afirma que

O que responde pela baixa taxa de crescimento de um país subdesenvolvido é menos o volume do investimento do que a inadequada orientação deste. É por esta razão que os adeptos do *laissez-faire* nos parecem tão fora da realidade em um país como o nosso, particularmente nas regiões mais pobres. Nestas últimas o *laissez-faire* significa, simplesmente, a perpetuação da miséria. Os recursos disponíveis para investimento são colocados em residências de luxo, em clubes suntuosos, ou são exportados. Tais investimentos não criam emprego permanente para a população e, portanto, em nada contribuem para mudar a estrutura econômica (FURTADO, 1962, p. 88).

Caio Prado Junior (1954), em sua principal obra, ao tratar do tema da política econômica e da superação do subdesenvolvimento, afirmou que o liberalismo econômico entendido como livre iniciativa e concorrência irrestrita entre os indivíduos deixados as suas próprias forças e, em geral, a liberdade ampla de ação econômica individual não proporcionariam e não podem proporcionar ao capitalismo brasileiro condições que lhe permitam levar adiante a sua luta (PRADO JR., 1954, p. 229). Furtado também apontou que “em nenhuma parte essa passagem [para o desenvolvimento] ocorreu no quadro do *laissez-faire*: foi sempre o resultado de uma política deliberadamente concebida com esse fim” (FURTADO, 1962, p. 25). A geração de incremento de renda local, seja a advinda da atividade mercantil-exportadora ou industrial, necessitaria estar submetida ao controle do Estado, que deveria ter como prerrogativa a orientação do gasto público no sentido de satisfazer as necessidades primeiras da população aqui residente. Quando não ocorre, o “livre mercado” se encarregaria de alocá-la no consumo supérfluo ou nas atividades não essenciais. Assim sendo, deixadas às livres forças de mercado, a renda gerada na economia brasileira não serviria como possibilidade de transformação da condição de pobreza e desigualdade. Além disso, o não controle da renda pelo Estado, se não submetido a um projeto integrado de país,

levaria a “(...) agravação dos equilíbrios regionais como uma consequência de falta de política nacional de desenvolvimento” (FURTADO, 1962, p. 103).

Assim, para Celso Furtado e Caio Prado Junior, tanto o planejamento quanto o protecionismo eram vistos como meios de alcançar uma industrialização não apenas rápida, mas eficiente, e – como consequência – alterar o curso da história dos países subdesenvolvidos (BIELSCHOWSKY, 2004). O planejamento deveria ser um instrumento utilizado para orientar a industrialização que já estava ocorrendo no Brasil, mas que, sendo espontânea e anárquica, não estaria figurando como forma de crescimento da economia uniformemente. Para Bielschowsky (2004), o planejamento aparecia no pensamento cepalino como corolário natural do diagnóstico de desequilíbrios estruturais na industrialização espontânea dos países periféricos. No entanto, o planejamento da periferia subdesenvolvida do sistema capitalista não será o mesmo dos países centrais. Nas economias desenvolvidas europeias, o planejamento – na perspectiva keynesiana – destinava-se a perseguir o objetivo da preservação ou alcance da situação de pleno emprego diante de uma subutilização da capacidade instalada. Nos países subdesenvolvidos, o “Estado deve coordenar os esforços de industrialização, de forma a reunir condições para superar os obstáculos estruturais que dificultam o desenvolvimento” (BIELSCHOWSKY, 2004, p. 136).

Identificamos quatro objetivos específicos apontados pelos dois autores a respeito da atuação do Estado. Em primeiro lugar, para levar adiante investimentos necessários ao desenvolvimento nacional que não poderiam ser executados pelo setor privado. Para Caio Prado Junior “a iniciativa privada que tem no lucro e somente nele a sua razão de ser, não é suficiente assim para assegurar um desenvolvimento adequado” (PRADO JR., 1966, p. 264). Ou seja, a lógica maximizadora de lucro do curto prazo, característica da iniciativa privada, seria incapaz de levar adiante um projeto de industrialização que desse seguimento a investimentos que têm como característica um longo prazo de maturação, logo, uma taxa de retorno não imediato e, portanto, com maior insegurança. Furtado assim retifica que “é necessário reconhecer, entretanto, que um movimento dessa envergadura e transcendência só se poderá efetivar se a liderança for assumida pelo governo federal” (FURTADO, 1962, p. 116).

Em segundo lugar, o Estado teria outra tarefa importante no que tange as possibilidades de atuar na indução de modificações no perfil da demanda brasileira e, assim, evitar ou atenuar a influência que tem a importação dos estilos de consumo de

fora. Por consequência, deveria também induzir mudanças na estrutura do sistema produtivo, escapando às determinações que são impostas pelas relações de dominação e dependência.

Em terceiro lugar, a atuação e planejamento do Estado, para Furtado, deveriam priorizar o bem-estar social e coletivo do povo brasileiro. Nas palavras do autor: “para alcançar os ideais de bem-estar social e melhoria das condições de vida do país não nos basta preservar a estabilidade do sistema econômico” (FURTADO, 1962, p. 75). Com isso, Furtado se contrapôs à visão ortodoxa que submetia todas as variáveis de bem-estar social ao “controle e estabilidade macroeconômica”. Um dos principais pontos de divergência entre o autor e o pensamento liberal repousava justamente sobre a crítica às políticas de contenção de gastos e contração do crédito para reduzir a inflação. Para o autor, estes não somente significavam um sacrifício para os mais pobres como não representavam uma saída certa, uma vez que ele identificava na inflação brasileira outros elementos de disparo que não o aumento da demanda por consumo.

E, por último, o Estado teria a prerrogativa de disciplinar a ação privada nacional e, principalmente, a do capital externo. Argumento de Caio Prado era que “deixada a si própria é indubitável que a livre iniciativa privada acentuará cada vez mais as distorções da nossa defeituosa estrutura econômico-social” (PRADO JR., 1966, p. 259). E o autor ainda complementa que,

Deixadas à livre iniciativa privada e aos estímulos espontâneos do mercado, as atividades econômicas tenderão sempre para o atendimento dos reduzidos setores efetivamente presentes naquele mercado e não haverá, assim, modificação apreciável da situação (PRADO JR., 1966, p. 255).

Assim sendo, mesmo os investimentos privados deveriam obedecer à ordenação de um planejamento econômico centralizado, uma vez que “a superação do subdesenvolvimento não se daria ao impulso das simples forças do mercado, exigindo um projeto político apoiado na mobilização de recursos sociais, que permita empreender um trabalho de reconstrução de certas estruturas” (FURTADO, 1992, p. 75). Disciplinar o capital privado ou estrangeiro não significaria, entretanto, impedir nem mesmo dificultar a sua atuação. “A ação estatal não vem coibir a atuação do empresário privado; vem criar condições para que este surja ou se consolide. Tal objetivo, contudo, não

poderá ser alcançado se a ação do Estado se realizar de forma improvisada e assistemática” (FURTADO, 1962, p. 76). Para Caio Prado Junior (1954),

A tarefa do Estado, na presente conjuntura econômica, social e política brasileira, consiste não em substituir-se administrativamente à ação econômica privada, mas antes pelo contrário dar novos horizontes a essa ação para que ela possa enfrentar as contingências e libertar-se das limitações que o atual sistema da economia brasileira lhe impõem (PRADO JR., 1954, p. 236).

Com relação ao capital internacional, os autores enfatizaram o desafio do Estado de submeter o capital externo às aspirações de desenvolvimento nacional. “Devemos ter um estatuto legal que discipline a ação do capital estrangeiro, subordinando-o aos objetivos do desenvolvimento econômico e da independência política” (FURTADO, 1962, p. 32). Não podemos relegar ao capital estrangeiro a prerrogativa do nosso desenvolvimento, uma vez que “os mercados internacionais tendem a ser controlados por grupos de empresas, cartelizados em graus diversos” (FURTADO, 1962, p. 25). Assim, ficaríamos reféns de um conglomerado oligopolizado de grandes empresas que não teriam compromisso em espalhar desenvolvimento por onde elas passam. Caio Prado Junior contribuiu fortemente nesse debate afirmando os riscos incumbidos na crença da benevolência do capital estrangeiro no desenvolvimento nacional.

Assinalemos de início a incoerência de todos quantos contam para o nosso desenvolvimento com a cooperação desinteressada das grandes potências capitalistas; e se acham mesmo no direito de exigi-las. Esquecem que a característica essencial do sistema onde enquadram seu projeto, é essencialmente competitivo na base das vantagens comerciais, e não cooperador (PRADO JR., 1978, p. 9).

Além dessas dimensões tratadas acima, as relações entre o Estado e as empresas multinacionais tenderiam a ser relações de poder. Em primeiro lugar, porque a grande empresa controlava o processo de inovação, ou seja, a introdução de novos produtos e novas tecnologias nas economias nacionais. Para Furtado (1962), esse seria inclusive o seu principal instrumento de expansão internacional. Em segundo lugar, essas grandes empresas eram responsáveis por parte considerável das transações in-

ternacionais. Em terceiro lugar, elas operavam com uma racionalidade e atendendo a objetivos que escapam a ação isolada dos Estados, e – em quarto e último lugar – elas mantinham uma grande liquidez fora do controle dos bancos centrais e tinham acesso fácil ao mercado financeiro internacional (FURTADO, 1962). Assim, “a participação do capitalismo internacional na economia brasileira constitui um embaraço, e embaraço crescente, à transformação da mesma economia e à libertação dela do seu passado colonial” (PRADO JR., 1978 p. 84).

3. Crítica do modelo adotado para a industrialização brasileira

Embora defensores do papel da indústria como carro-chefe para as possibilidades de rompimento com a dependência externa e superação do subdesenvolvimento, tanto Celso Furtado como Caio Prado Junior foram autores extremamente críticos quanto à forma da condução da industrialização brasileira, muito embora não tenham negado as transformações substanciais ocasionadas pelo seu avanço. Nesta seção pretendemos discorrer acerca de cinco características que envolvem o diagnóstico crítico dos autores com relação à industrialização nacional.

Vamos começar tratando do início da industrialização brasileira e a avaliação que os autores fizeram da sua realização com ausência de um projeto nacional e motivada por circunstâncias externas. Nesse primeiro momento, também iremos traçar as características da indústria substitutiva de importações e sua relação com a restrição à capacidade para importar. A segunda crítica abordada diz respeito ao modelo da “modernização” da economia brasileira, assim como a identificação da nossa indústria nacional como concentradora de renda e riqueza. O terceiro refere-se à análise que os autores fizeram sobre as limitações do desenvolvimento ocorrido pela industrialização, na medida em que não se concretizaram os objetivos de melhoria social propagados. Ao contrário, privilegiou-se apenas uma classe social em detrimento da exclusão da maioria dos trabalhadores dos frutos do progresso material. No quarto ponto abordaremos a perspectiva dos autores quanto à inadequação técnica da industrialização brasileira, que, ao importar tecnologia de economias com características deveras distintas da nossa, intensifica a composição do capital em detrimento da mão de obra.

Por fim, os autores traçam um diagnóstico que apontou a possibilidade de industrialização e desenvolvimento sem romper com o subdesenvolvimento ou mesmo reafirmando a heterogeneidade estrutural e a dependência externa.

3.1 Uma industrialização sem projeto nacional

A industrialização levada a cabo a partir da década de 1920 não foi fruto de um projeto de superação da nossa condição primário exportadora, nem foi advinda de uma típica revolução burguesa em que a fração urbana e industrial da burguesia brasileira assumisse o controle da política econômica, buscando superar os obstáculos da oligarquia agrária e do imperialismo para fazer avançar a modernização industrial (FERNANDES, 2005). No recorrido desse tema, Furtado afirmou que “chega-se à conclusão de que nosso desenvolvimento resultou muito mais de uma imposição histórica do que da tomada de consciência da realidade nacional pelos homens que dirigem o país” (FURTADO, 1962, p. 65). Nesse mesmo texto intitulado *A pré-revolução brasileira* o autor discorreu sobre a ausência de um projeto de desenvolvimento para a industrialização nacional e creditou ao setor externo e às circunstâncias da geopolítica mundial (Primeira Guerra Mundial e crise internacional de 1929) os fatores que impossibilitaram a continuidade de um modelo pautado na exportação de produtos primários. “Em síntese, pode-se afirmar que o desenvolvimento dos últimos três decênios foi simples decorrência da atuação de forças profundas da economia, sem que ao acesso aos novos caminhos haja sido facilitado por uma autêntica política de desenvolvimento” (FURTADO, 1962, p. 67).

Antes mesmo da crise e da queda do valor do café no mercado internacional, Caio Prado Junior já afirmava que a entrada de divisas provenientes da exportação do produto desde a década 1920 já havia sido utilizada na compra de equipamentos, reafirmando a constatação de que a industrialização contou com o apoio – ainda que não intencional – do setor primário exportador, especialmente o cafeeiro.

A economia cafeeira se fará também estímulo para a indústria manufatureira [...] o café impulsionou a fabricação daquelas máquinas de benefício e tratamento que atingiu bastante importância. Também deu lugar à nossa primeira grande indústria têxtil moderna:

a da fiação e tecelagem de juta empregada na sacaria em que o café é acondicionado para a exportação (PRADO JR., 1978, p. 66).

Celso Furtado também partiu da mesma análise, corroborando a tese de que a industrialização nacional foi fruto – sobretudo – de fatores exógenos. A transição para esse período fez-se a mercê de uma ironia histórica: a ajuda do setor cafeeiro elevou a rentabilidade relativa das incipientes manufaturas que trabalham para o mercado interno. Tivemos, assim, uma industrialização de tabela, consequência indireta de uma política inspirada no propósito de preservar a velha economia de exportação em crise (FURTADO, 1962, p. 65). Para o autor, as políticas econômicas que visavam à manutenção do preço do café, como a queima dos estoques para garantir o preço – embora quisessem salvar o setor exportador e seguir com a mesma lógica mercantil-exportadora – lograram a abertura de passagem para a industrialização. Isso porque, ao preservar a rentabilidade interna do setor, possibilitou que a economia não entrasse em crise e pudesse inverter capital na nascente indústria local (FURTADO, 2007). Com a crise internacional de 1929, dois elementos se conjugaram. O primeiro deles era a restrição para importar, e o segundo era a queda da demanda por nossos produtos primários. Assim, seria necessária a construção de um setor industrial que tivesse como objetivo primeiro apenas a substituição do que doravante era importado no mercado internacional.

Evidentemente, essas insuficiências (de demanda por nossos produtos primários exportáveis) limitam a capacidade de importação do país e dão lugar segundo vimos a uma produção substitutiva. É na base dessa “substituição de importações” que se realiza o processo de industrialização, premissa, naturalmente, do progresso tecnológico e desenvolvimento moderno (PRADO JR., 1978 p. 90).

Dessa forma, a industrialização brasileira foi feita em condições deveras distintas daquela que foi realizada nos países centrais, que logrou a edificação de uma economia pautada no progresso técnico a serviço de maior homogeneidade social. Aqui, ao contrário do incentivo à inovação tecnológica, optou-se pela linha de cópia do modelo de indústria que fornecia determinados produtos que outrora eram adquiridos pela via da importação. Para Caio Prado Junior, “uma indústria, portanto, simplesmen-

te substitutiva de importações e que se paga, em última instância, com recursos que o Brasil aufer de suas exportações” (PRADO JR., 1966, p. 304). Por fim, Celso Furtado apontou que essa opção de avançar na indústria substitutiva de importações re-pousava na linha de menor impacto e de menores possibilidades de confronto de interesses sociais. “A linha de maior facilidade estava na industrialização substitutiva. Outra saída teria exigido a ruptura com o processo de modernização, o que dificilmente se faria sem convulsão social” (FURTADO, 1962, p. 42).

3.2 Uma industrialização que levou a “modernização” com concentração da renda

Os dois autores construíram outro diagnóstico crítico do padrão de industrialização nacional à luz da sua tendência à concentração geográfica e social da renda, além do caráter próprio que adquiriu a “modernização” industrial. Caio Prado Junior resumiu no trecho a seguir sua avaliação do que significou e quem se beneficiou mais intensamente da industrialização substitutiva de importações.

A industrialização não significou nem teve por objetivo o mais eficiente aparelhamento das atividades produtivas em geral, para o melhor atendimento do consumo, em conjunto, da sociedade e economia na qual se insere. E sim visou unicamente a satisfazer necessidades de um consumo muito especializado de reduzidos setores antes atendidos por fornecedores do exterior e que contingências ocasionais fizeram apelar para a produção interna. Consumo aquele que não tem assim relação com as atividades produtivas essenciais e ordinárias do país, e se coloca em plano completamente distinto delas e dos padrões gerais do país. Do que resulta desde logo a falta de paralelismo e correspondência entre eles (PRADO JR., 1978, p. 80).

Dessa feita, o autor criticou não somente a falta de correspondência e paralelismo entre a estrutura produtiva nacional e o padrão de consumo, como analisou o quanto o tipo de produção realizada se relacionava menos com nossas necessidades coletivas e mais com reproduzir um estilo e padrão de consumo próprio das elites dos países centrais. No que tange à importação de um padrão de consumo sem correspondência

no nível de renda local ou sem paralelo com o grau de desenvolvimento das forças produtivas, Celso Furtado avaliou que essa é uma das características do subdesenvolvimento que reforçaria uma imitação dos padrões de consumo dos países de alta renda e amadurecido desenvolvimento tecnológico. Sobre isso, Furtado alertou que

O subdesenvolvimento tende a reproduzir em miniatura sistemas industriais apoiados em um processo muito mais amplo de acumulação de capital. Na prática essa miniaturização assume a forma de instalação no país em questão de uma série de subsidiárias de empresa dos países cêntricos, o que reforça a tendência para reprodução de padrões de consumo de sociedades de muito mais elevado nível de renda média. Daí resulta o conhecimento síndrome de tendência à concentração da renda tão familiar a todos os que estudam a industrialização dos países subdesenvolvidos (FURTADO, 1992, p. 28).

Ainda sobre as especificidades da nossa industrialização com relação ao padrão de industrialização dos países centrais, Furtado avaliou que

Sobra dizer que a industrialização que atualmente se realiza na periferia sob o controle das grandes empresas é processo qualitativamente distinto da industrialização que, em etapa anterior, conheceram os países cêntricos e mais ainda, dada que neste prossegue no presente. O dinamismo econômico do centro do sistema decorre do fluxo de novos produtos e da elevação dos salários reais que permite a expansão do consumo de massas. Em contraste, o capitalismo periférico engendra o mimetismo cultural e requer permanente concentração da renda a fim de que as minorias possam reproduzir as formas de consumo dos países cêntricos. (...) Enquanto no capitalismo cêntrico a acumulação de capital avançou no correr do último século com inegável estabilidade na repartição da renda, funcional e social, no capitalismo periférico a industrialização vem provocando crescente concentração (FURTADO, 1992, p. 45).

Na industrialização característica dos países da periferia do capitalismo, as elites locais optaram por um “mimetismo cultural”, expressão que Celso Furtado utilizava para dizer que o estilo de consumo das elites locais pautou-se na imitação do padrão de consumo das elites dos países desenvolvidos. Para que esse padrão de consumo extremamente alto pudesse ser partilhado por uma pequena minoria social, a concen-

tração de renda não seria uma opção, mas uma necessidade. Por isso, Celso Furtado avaliou que,

Na realidade dos fatos, o processo de modernização agravou a concentração de riqueza e renda já existentes acentuando-a na fase de industrialização substitutiva. Somente o segmento da população que controla o setor da produção aforado pelos aumentos de produtividade – aumentos permitidos pelas vantagens comparativas no comércio internacional e pela industrialização substitutiva – desfruta os benefícios da modernização (FURTADO, 1962, p. 44).

A esse processo de imitação e mimetismo cultural Furtado denominou de “modernização”. Para ele, a industrialização nesses moldes assegurava o consumo das elites locais ante a impossibilidade ou restrição para importar. No entanto, essa modernização não se generalizou para o conjunto da população.

3.3 Um padrão de modernização que não se generalizou

Aqui, a crítica dos autores que identificamos diz respeito à percepção de que o modelo de industrialização que se tinha implantado, ao privilegiar o consumo das elites e ao necessitar, para tanto, de grande concentração da renda, excluiu a massa dos trabalhadores dos progressos materiais e sociais da industrialização. Para Furtado,

A característica mais significativa do modelo brasileiro é a sua tendência estrutural para excluir a massa da população dos benefícios da acumulação e do progresso técnico. Assim a durabilidade do sistema baseia-se grandemente na capacidade dos grupos dirigentes em suprimir todas as formas de oposição que seu caráter antissocial tende a estimular (FURTADO, 1992, p. 109).

A partir dessa constatação, Celso Furtado avaliou que a modernização e o desenvolvimento desse período não foram no sentido de expandir os ganhos da industrialização para os trabalhadores, se não que aprofundou a desigualdade e a exclusão social por um padrão de modernidade que serviu para privilegiar o setor já abastado da

sociedade. Assim, “[...] os frutos dos aumentos de produtividade revertiam em benefício de uma pequena minoria pela qual a renda disponível para consumo do grupo privilegiado cresceu de forma substancial” (FURTADO, 1992, p. 79). Como parte significativa da capacidade de investimento industrial vinha por parte do Estado, o seu financiamento foi feito por meio de um sistema tributário regressivo. Ante a resistência do Congresso Nacional de realizar uma reforma tributária que pudesse expandir as possibilidades de gastos do Estado, ampliando a sua capacidade de aumentar receitas, o crescimento desse período deu-se na estrutura tributária vigente, que privilegiava muito mais os impostos sobre consumo do que sobre patrimônio (FURTADO, 1962). Assim, “o investimento público é financiado não com o esforço daqueles que se beneficiam dos frutos do desenvolvimento, e sim com o sacrifício daqueles que não tem acesso a esses frutos” (FURTADO, 1962, p. 42). A justificativa empregada para levar adiante um padrão de industrialização e modernização que penalizava os mais pobres já se assemelhava à posteriormente eternalizada na frase “primeiro fazer crescer o bolo para depois reparti-lo”, atribuída ao ex-ministro Delfim Netto. Ou seja, os mais pobres deveriam fazer sacrifícios para ver edificado um novo padrão de crescimento, adiando a universalização do consumo e o dos ganhos sociais em face do aumento da produtividade. Contra isso Furtado argumentava que

Desenvolvimento, por definição, significa aumento da disponibilidade de bens e serviços para fins de consumo e investimento. E não há aumento de investimento em uma economia de livre empresa, sem haver também aumento do consumo. Dessa forma, desenvolvimento é aumento do consumo, e aumento do consumo não pode ser identificado com forma alguma de sacrifício (FURTADO, 1962, p. 41).

Por fim, ainda apontando uma definição de desenvolvimento e fazendo a crítica ao modelo da industrialização vigente, Furtado teorizava que

Sabemos que o desenvolvimento de que tanto nos orgulhamos, ocorrido nos últimos decênios, em nada modificou as condições de vida de três-quartas partes da população do país. Sua característica principal tem sido uma crescente concentração social e geográfica da renda. (...) E não somente no que respeita a concentração da renda o desenvolvimento vem apresentando aspectos sociais extremamente negativos. Como feito, à causa do ana-

cronismo da estrutura agrária, esse desenvolvimento provocou, em muitas partes, um aumento relativo da renda da terra, premiando grupos parasitários (FURTADO, 1962, p. 14).

O modelo de industrialização aplicado levou ainda a uma concentração geográfica e espacial da renda e da indústria. Para Furtado, o processo de industrialização – concentrado no Sudeste – contribuiu para aumentar as desigualdades reais e concentrar ainda mais, geograficamente, o emprego e a renda. Dessa forma, traçar uma política de industrialização para o Nordeste (que dialogue, evidentemente, com a cultura típica daquela região) seria uma proposta primeira de ir reduzindo as desigualdades geradas pela lógica alocativa da industrialização.

3.4 Uma industrialização que reforçou o dualismo estrutural e a tecnologia poupadora de mão de obra

Os autores apontaram, de maneira crítica, que a industrialização desse período teria resultado em um reforço do dualismo estrutural da economia brasileira. Ou seja, teria priorizado o desenvolvimento de setores modernos e de tecnologia avançada – ainda muito residuais e com tecnologia poupadora de trabalho – em contraposição à manutenção de amplas massas da população alocadas em trabalhos precários, informais ou de baixa produtividade. Assim, a industrialização, em vez de levar à homogeneidade social, contribuiu para o reforço à continuidade do trabalho em setores pré-capitalistas. Essa lógica desafiava a teoria que apontava haver uma tendência natural de supressão ou redução dos setores mais arcaicos da sociedade na medida em que se avançava na industrialização. Isso tampouco teria sido um “erro de percurso”. Essa seria a lógica da industrialização na periferia do capitalismo: a lógica da manutenção do subemprego e de um excedente estrutural de mão de obra capaz de pressionar os salários permanentemente para baixo, aumento ainda maior da taxa de mais-valia do capital. Dessa forma, segundo Furtado, “caminhamos, assim, para uma situação de sobreinvestimento em inúmeros setores industriais, particularmente em indústrias de menor essencialidade, enquanto os investimentos nos setores básicos se desenvolviam de forma totalmente insuficiente” (FURTADO, 1962, p. 66). A difusão de novas técnicas deu-se em certas áreas quase exclusivamente pe-

la introdução de novos produtos via importação. “Os processos produtivos permaneciam, no essencial, nos padrões tradicionais, havendo casos em que o regime de servidão ou escravidão era preservado” (FURTADO, 1962, p. 41). Ou seja, nos países subdesenvolvidos, o mercado para manufaturas era formado por basicamente dois grupos completamente distintos um do outro. O primeiro deles era o dos trabalhadores de renda muito baixa, e o segundo era marcado pelo grupo de alta renda média. A cesta de consumo do primeiro grupo era muito pouco diversificada e permaneceu assim durante parte importante do período de industrialização, isso porque a taxa de salários nas economias subdesenvolvidas tende a ser muito baixa, embora estável. Assim, “o núcleo verdadeiramente dinâmico da indústria brasileira se constituirá em nada mais que uma constelação de filiais de empresas internacionais em cuja órbita girará quase tudo que a nossa indústria conta de mais expressivo” (PRADO JR., 1978, p. 83). Ainda nas palavras de Caio Prado Junior sobre a dualidade da estrutura social brasileira – como uma tendência dos demais países subdesenvolvidos – pode ser assim resumido:

Em síntese, a presente fase do processo histórico brasileiro se caracteriza, vimo-lo no correr do presente trabalho, pelas contradições que resultam fundamentalmente de uma dualidade de setores ou sistemas econômicos imbricados um no outro: um o tradicional, centrado na produção de gêneros primários, destinados à exportação; o outro, emergente desse e constituído em seu seio, mas que se volta para o mercado interno e tem por base essencial a indústria. [...] Isto é, cada um deles tem sua orientação comercial própria e exclusiva – um para o mercado externo, outro para o interno – e somente se confundem e sobrepõem secundária e subsidiariamente (PRADO JR., 1978, p. 85).

É nesse sentido que os autores defendiam que deveria ter havido um maior controle por parte do Estado Nacional, que teria como prerrogativa coordenar o processo de seleção das indústrias e das mercadorias aqui ofertadas, dando passos na direção de uma industrialização que dirimisse os problemas históricos da nação brasileira.

Mas a industrialização tardia regida pelas leis de mercado levou ao reforçamento das estruturas sociais em razão de sua fraca absorção de mão de obra e da forte propensão a consumir das camadas modernizadas da sociedade (FURTADO, 1962, p. 74).

Por fim, além da crítica à manutenção da heterogeneidade estrutural, Celso Furtado – em particular – lançou uma forte crítica ao padrão de adoção das tecnologias desenvolvidas nos países centrais, tipicamente marcadas pela intensificação de capital em detrimento da utilização do fator trabalho. Para Furtado, o núcleo industrial que aqui foi formado baseou-se em um processo de aguçada competição entre a indústria nacional e os competidores externos. Isso levou a que os empresários locais adotassem uma cópia das tecnologias intensivas em capital utilizada nos países desenvolvidos. No entanto – muito diferente da estrutura social e demográfica dos países centrais – a periferia do capitalismo era reconhecidamente excedente em força de trabalho. Assim,

Ao impor a adoção de métodos produtivos com alta densidade de capital, a referida orientação cria as condições para que os salários reais se mantenham próximos ao nível de subsistência, ou seja, para que a taxa de exploração aumente com a produtividade do trabalho (FURTADO, 1992, p. 82).

Assim sendo, a tecnologia aqui empreendida não colaborou para deslocar contingentes sociais do campo para a cidade, contribuindo em uma mudança estrutural da alocação da força de trabalho de setores menos desenvolvidos para mais desenvolvidos. Dada esse tipo de orientação do progresso tecnológico que assumiu a industrialização brasileira, a força de trabalho manteve-se elástica, sendo uma variável de ajuste de custos e permanecendo com baixos salários.

3.5 Industrializar sem romper com a dependência e o subdesenvolvimento

Após o já exposto, fica clara a crítica dos autores de que industrialização nacional brasileira – baseada na substituição de importações, na imitação dos padrões de consumo das elites dos países centrais, na concentração da renda e na exclusão da massa da população – não cumpriu o desígnio histórico de ser a força motriz capaz, sozinha, de fazer o Brasil alçar à posição de se converter em um país desenvolvido.

Furtado (1961; 1974), ao analisar o desenvolvimento e o subdesenvolvimento, constatava que era possível industrializar e crescer sem romper com a estrutura de depen-

dência e dominação que perpetuariam o subdesenvolvimento. Segundo o autor, isso ocorreu porque foi perfeitamente possível que essas economias atingissem um alto grau de diversidade e complexidade produtiva, sem desfazer os laços da dependência tecnológica (e dos conhecimentos necessários à sua geração, difusão e uso) e econômica dos países centrais. Para Caio Prado Junior, “em suma, e no essencial, o desenvolvimento de países como o nosso pode representar simplesmente, como aliás já se viu antes, um crescimento dentro dos mesmos moldes de sempre, o que nada trazem de substancialmente novo” (PRADO JR., 1978, p. 171). Como consequência, para Furtado,

Miniaturizar, em um país periférico, o sistema industrial dos países cêntricos contemporâneos onde a acumulação de capital alcançou níveis muito mais altos, significa introduzir no aparelho produtivo uma profunda descontinuidade causada pela coexistência de dois níveis tecnológicos [...] dessa forma o chamado desequilíbrio ao nível dos fatores deve ser considerado como inerente à economia subdesenvolvida que se industrializa (FURTADO, 1992, p. 88).

Assim, a teoria construída para justificar que nos países centrais o desenvolvimento foi obra, apenas, da industrialização, não serviria para pensar a realidade brasileira, que se tornou uma economia industrializada ao mesmo tempo em que reforçou as principais características do subdesenvolvimento, tais como a pobreza, a dependência, o subemprego, a dependência tecnológica e a desigualdade. Em suma, não se apresentavam no Brasil – por força de contingências estruturais profundas – as circunstâncias próprias que em outros lugares, e em especial nos países pioneiros do moderno desenvolvimento industrial, promoveram a industrialização na base de um processo autopropulsor que lhes proporcionou e assegurou aquele progresso (PRADO JR., 1978, p. 80). O subdesenvolvimento teria suas raízes numa conexão profunda surgida em certas condições históricas, entre o processo interno de exploração e o processo externo de dependência. Quanto mais intenso o influxo de novos padrões de consumo, mais concentrada teria que ser a renda. Portanto, se aumenta a dependência externa também teria que aumentar a taxa interna de acumulação “[...] Assim taxas mais altas de crescimento, longe de reduzir o subdesenvolvimento, tenderiam a agravá-lo no sentido de aumentar as desigualdades sociais” (FURTADO, 1992, p. 94).

Sendo assim, “a economia brasileira constituiu exemplo interessante de quanto um país pode avançar no processo de industrialização sem abandonar suas principais ca-

racterísticas de subdesenvolvimento” (FURTADO, 1992, p. 95). Nas palavras de Caio Prado Junior, “no curso, contudo, desse processo de transformação, esta esbarra com o obstáculo dos remanescentes do velho sistema colonial que lhes esbarram o prosseguimento e limitam as perspectivas” (PRADO JR., 1978, p. 82). Ainda sobre a permanência do atraso, Caio Prado Junior aponta que

Contradições em que se debate a economia brasileira e que configuram, sobretudo, na permanência de um sistema que, vindo do passado e embora já obsoleto e anacrônico, persiste e põe obstáculos ao desenvolvimento, porque algumas das suas principais circunstâncias que são precisamente aquelas que impulsionam a sua renovação e substituição por novo sistema, se apresentam por outro lado como obstáculos e empecilhos a esta mesma renovação (PRADO JR., 1978 p. 92).

4. Reformas estruturais

Para os autores, a industrialização brasileira – embora tenha sido de importância central – não teria logrado os resultados esperados, menos pelo erro da crença na possibilidade de a indústria ser o motor do desenvolvimento e, muito mais, pela não concretização das reformas sociais necessárias, condição precedente para avançar na superação dos entraves estruturais. Para Caio Prado Junior isso significaria

Objetivar-se a organização das atividades produtivas de maneira a que a produção para o mercado interno, ao nível do consumo final, passe em primeiro lugar e seja prioritariamente de bens e serviços básicos essenciais, assim como acessíveis à massa da população. E não, como presentemente ocorre, que as atividades produtivas, orientadas unicamente ao atendimento da demanda de mercados externos, ou de reduzidas categorias de consumidores de padrões relativamente elevados e excepcionais no conjunto da população brasileira (PRADO JR., 1966, p. 272).

Furtado foi um autor preocupado sobremaneira com o direcionamento da política econômica para os rumos de uma nação soberana. Isso passava, por exemplo, pela

continuidade de um pensamento crítico nas universidades e o reforço à nova geração de economistas que deveriam dedicar-se à análise histórica do Brasil, compreendendo que as decisões em política econômica não se constroem sobre o vazio nem sob o abstrato das teorias econômicas. Para ele, “política econômica é política, antes de ser economia” (FURTADO, 1962, p. 68-69). Para Furtado, as receitas ortodoxas ou mesmo desenvolvimentistas, mas pensadas para a realidade dos países centrais, não lograram êxito em território nacional. Para avançar nesse debate, Celso Furtado tomou como exemplo o processo de industrialização tardia das economias de Taiwan e da Coreia do Sul. Ao contrário do que pregaria uma análise superficial, essas economias não se desenvolveram apenas porque internalizaram o progresso técnico ou porque se industrializaram. A preocupação com os aspectos sociais foi elencada como primeiro plano. Assim, em uma primeira fase, tanto na Coreia do Sul como em Taiwan, a preocupação com o social teria prevalecido, procedendo-se a uma reforma agrária que possibilitou a plena utilização dos solos aráveis e da água de irrigação, a fixação de parte da população no campo e uma distribuição o mais possível igualitária do produto da terra (FURTADO, 1992, p. 50-51). Em seguida, essa fase inicial foi sucedida por outra, em que o governo orientou a formação de capital produtivo de forma a obter incrementos de produtividade. Até 1960, a preocupação maior nesses países não teria sido com a acumulação, e sim com a homogeneização social (FURTADO, 1992, p. 50-51).

Para Furtado, as tensões sociais advindas do período de crescimento da economia e da industrialização foram procedentes dos desajustamentos existentes entre as expectativas com relação à melhoria do bem-estar social, criadas pelo próprio desenvolvimento no conjunto da população, e o acesso limitado para essa mesma camada. (FURTADO, 1962). Assim, no Brasil, seria preciso trilhar um caminho conjunto entre o avanço da industrialização com a emergência das reformas sociais necessárias para romper com alguns pilares que seriam sustentáculos da secular desigualdade social. Nas palavras do autor:

A situação presente de grandes tensões que observamos no Brasil, que criou a consciência da necessidade das reformas básicas inadiáveis, decorre em grande parte, a nosso ver, da aceleração do desenvolvimento industrial nos últimos 15 anos. [...] Seria, entretanto, ingênuo pretender condenar o desenvolvimento industrial porque foi rápido. Trata-se, em realidade, de identificar as consequências da não adaptação dos demais setores a esse rá-

pido crescimento. As reformas de base devem ser compreendidas como uma tentativa para eliminar os fatores que vêm dificultando essa adaptação (FURTADO, 1962, p. 40).

As principais reformas que teriam que ser levadas adiante são a reforma agrária (que para Caio Prado Junior deveria ser realizada com respeito à geografia local e em alguns espaços preconcebidos), a reforma tributária, o monopólio sobre o comércio exterior, a desconcentração da renda e a reforma do Estado. Nos dizeres de Furtado, “temos que caminhar com audácia para modificações constitucionais que permitam realizar a reforma agrária e modificar pela base a maquinaria administrativa estatal, o sistema fiscal e a estrutura bancária” (FURTADO, 1962, p. 31). No que tange à questão fiscal, ambos os autores Caio Prado Junior (1966) e Celso Furtado (1962; 1992) defendiam uma redistribuição de renda mediante o aumento da tributação sobre as classes mais ricas. Essa política, além de desconcentrar renda e avançar na justiça fiscal, teria como prerrogativa contribuir com a própria continuidade do crescimento econômico. Isso ocorre pela análise que os autores faziam de que a concentração de renda era maléfica para a economia, e teria uma tendência estagnacionista. Ao contrário do que a ortodoxia argumentava, para Furtado, a concentração da renda não seria um meio eficaz para aumentar a taxa de poupança. Embora fosse verdade que uma brusca concentração da renda repercutiria positivamente na taxa de poupança, esse efeito positivo teria duração limitada e o resultado poderia se tornar negativo (FURTADO, 1958, p. 47). Distribuir renda, de outro lado, elevaria o consumo, e se os recursos circulantes na economia nacional tiverem uma pressão no sentido do reinvestimento produtivo, geraria aumento da demanda por emprego, contribuindo na absorção da mão de obra e na elevação dos salários reais. “Está estatisticamente demonstrado que o desenvolvimento implica desconcentração da renda” (FURTADO, 1958, p. 49). O autor recomendou que se conjugassem impostos sobre a importação de bens de luxo com impostos sobre a produção interna desses bens, de modo a desestimular seu consumo (FURTADO, 1958).

Por fim, o conjunto de reformas necessárias para sustentar um processo verdadeiro de desenvolvimento também não seria objeto do acaso. Furtado (1962) e Caio Prado Junior (1966) avaliavam a necessidade de disputa de um projeto político e de enfrentamento aos interesses “retrógrados” e “entreguistas”, levados adiante pelas elites brasileiras. A revolução brasileira seria então o trilhar de um caminho de reformas estruturais buscando suprimir os obstáculos e entraves estruturais que teriam man-

tido o país na situação de economia colonial, mesmo que independente do ponto de vista político (PRADO JR., 1966). Por fim,

O subdesenvolvimento, como o deus Jano, tanto olha para frente como para trás, não tem orientação definida. É um impasse histórico que espontaneamente não pode levar senão a alguma forma de catástrofe social. Somente um projeto político apoiado em conhecimento consistente da realidade social poderá romper sua lógica perversa. Elaborar esse conhecimento é tarefa para a qual devem contribuir as universidades (FURTADO, 1962, p. 57).

Considerações finais

Buscamos revisar dois importantes autores do pensamento social e econômico brasileiro, a saber, Celso Furtado e Caio Prado Junior, na perspectiva de compreender o papel que eles relegavam à indústria como setor capaz de levar adiante um processo de transformação estrutural da condição de economia primário-exportadora brasileira.

No entanto, a análise do potencial de transformação da industrialização encontrou na realidade dos fatos um desolador cenário. A constatação do que foi, em realidade, uma industrialização sem rompimento com as principais características do subdesenvolvimento, pelo contrário, afirmando-as e reproduzindo-as interna e externamente. Além disso, para os dois autores, o Estado não deveria se envolver no processo de industrialização apenas diante da incapacidade do setor privado ou estrangeiro de investir em grandes empreendimentos de infraestrutura, principalmente os que exigem riscos, vultosos investimentos e retorno de longo prazo. Haveria a necessidade de imprimir uma racionalidade estatal visando o bem-estar social. Analisaram ainda que as burguesias brasileiras não se comportaram como paladinos da revolução modernizadora e industrial brasileira, nem tampouco forjaram-se adotando um programa nacional e de desenvolvimento para o Brasil. Assim sendo, esses setores tenderiam a associar-se, de uma forma ou de outra, ao capital internacional, abrindo mão de coordenar a revolução nacional necessária para a concretização de mudanças substantivas na condição de economia mercantil-exportadora (FERNANDES, 2005).

Contudo, os dois autores não deixaram de reafirmar o papel da industrialização nas possibilidades de superação da condição de nação subdesenvolvida e dependente. Porém, isso só seria possível caso o Estado assumisse seu papel no disciplinamento do capital privado nacional e estrangeiro, assim como no planejamento e coordenação do investimento público. E, ainda, somente com reformas estruturais e demais transformações substantivas na realidade brasileira, como condição última para que a industrialização pudesse cumprir seu dever histórico, que é servir como mecanismo de redução da heterogeneidade estrutural, da pobreza e da dependência externa. As transformações capazes de fazer avançar mudanças estruturais na economia e na sociedade brasileira não poderiam ser obra apenas de mudanças quantitativas do ponto de vista econômico *stricto sensu*. Posto o diagnóstico da formação social e econômica brasileira e sua história de reprodução das desigualdades sociais, avançar para uma sociedade com igualdade, redução da pobreza, independência política e soberania nacional seria obra da industrialização se, e somente se, conjugada a um conjunto de reformas sociais que precedem as mudanças na estrutura econômica. Dentre essas reformas destacam-se, principalmente, a reforma agrária e as políticas de redução da drástica concentração da renda.

Voltando aos debates atuais sobre a desindustrialização e as possibilidades e oportunidades de apostar novamente em um projeto de desenvolvimento nacional com políticas industriais-tecnológicas coordenadas pelo Estado, ficam algumas lições. Muita coisa mudou desde que os autores fizeram suas reflexões, mas o Brasil continua debatendo as expressivas desigualdades sociais e regionais, a heterogeneidade estrutural, a exclusão social e a dependência externa, sobretudo a tecnológica. Juntaram-se a estes novos desafios, em particular no âmbito das questões ambientais. Ainda é difícil imaginar como o Brasil conseguiria enfrentar esses problemas sem uma base industrial-tecnológica à altura. Porém, como os autores revisados enfatizaram, o desenvolvimento industrial não ocorre no “vazio histórico”. Não basta apenas apontar a importância da indústria nas políticas de desenvolvimento. Fazem-se necessários questionamentos tais como “que indústria?”, com “qual tecnologia?” e “em qual formação social e econômica?”. Ou seja, só é possível imaginar que a industrialização contribua para superar o subdesenvolvimento se realizada no âmbito de transformações estruturais, especialmente, mas não exclusivamente, no que tange à tributação progressiva, controle de capitais, reforma agrária e dinamização do mercado e das oportunidades educacionais, mediante desconcentração da renda.

Referências

- BIELSCHOWSKY, Ricardo. *1930-1964. O pensamento econômico brasileiro. O ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *Em busca do desenvolvimento perdido*. São Paulo: FGV Editora, 2018.
- FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. São Paulo: Globo, 2005.
- FURTADO, Celso. *Perspectivas da economia brasileira*. Rio de Janeiro: MEC/ISEB, 1958.
- _____. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.
- _____. *A pré-revolução brasileira*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.
- _____. *Análise do “modelo” brasileiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.
- _____. *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- _____. *Brasil a construção interrompida*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- _____. Os desafios da nova geração. *Revista de Economia Política*, vol. 24, n. 4 (96), p. 485-486, out-dez, 2004.
- _____. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 2007.
- HIRATUKA, Célio; SARTI, Fernando. Transformações na estrutura produtiva global, desindustrialização e desenvolvimento industrial no Brasil. *Revista Economia Política*, vol. 37, n. 1 (146), jan-mar, 2017.
- HIRSCHMAN, A. *The strategy of economic development*. New Haven: Yale University Press, 1958.
- KALDOR, N. The case for regional policies. *Scottish Journal of Political Economy*, Harlow, v. 17, n. 3, p. 337-348, nov, 1970.
- LIST, Georg Friedrich. *Sistema Nacional de Economia Política*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- PRADO JR., Caio. *Diretrizes para uma política econômica brasileira*. São Paulo: Gráfica Urupês Limitada, 1954.
- _____. *A revolução brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1966.
- _____. *História e desenvolvimento: a contribuição da historiografia para a teoria e prática do desenvolvimento brasileiro*. São Paulo: Brasiliense, 1978.
- PREBISCH, Raúl. Problemas teóricos e práticos do crescimento econômico. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (Org.) *Cinquenta anos de pensamento na Cepal*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

Recebido em 26/09/2018 e aprovado em 30/10/2018

